

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.000.033.104

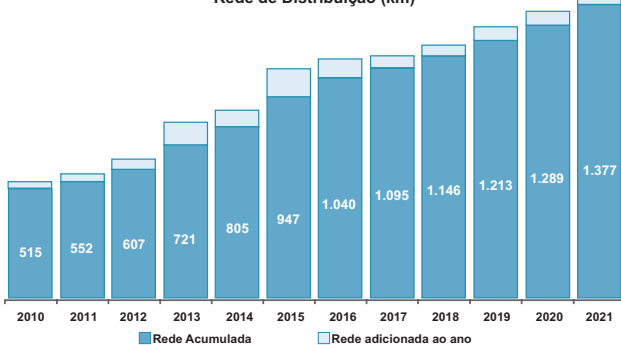


### RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 – DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2021, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. A Sulgás possui a concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado do Rio Grande do Sul (RS) pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. Criada em 1993, atuou, até 2021, como uma sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do RS (51%) e a Petrolbras Gás S.A. - Gaspetro (49%). Em janeiro de 2022, a Compass Gás & Energia concluiu a compra das ações pertencentes ao Estado do RS (51%), tornando-se acionista majoritária. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta/cogeração/climatização, residencial e termoeletrico.

A Sulgás, reforçando seu papel como provedora de infraestrutura de distribuição de gás, implantou **88 km de rede** de distribuição totalizando **1.377 km** no Estado e investiu **R\$ 46 milhões**, incremento de 11,2% em relação a 2020.

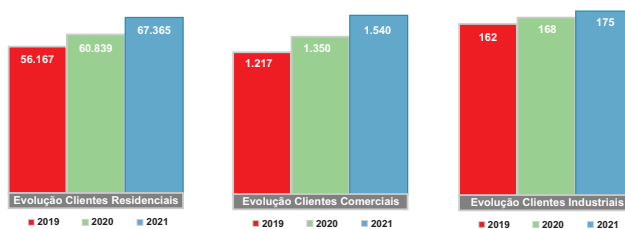
Rede de Distribuição (km)



A carteira de clientes da Companhia continuou crescendo, com a entrada em operação de **6.735** novos clientes, finalizando o ano em **69.223** clientes ligados a rede de distribuição de gás, que representa crescimento de 10,8% no ano. Destaque para os segmentos residencial e comercial, os quais registraram, respectivamente, incremento de **6.526** e **190** unidades. O segmento veicular também registrou um acréscimo importante de **nove** novos clientes no ano de 2021.

O volume de gás distribuído apresentou queda em comparação com o ano de 2020, reduzindo de **1,98 milhões m³/dia** para **1,69 milhões m³/dia**, principalmente devido à retração dos segmentos industrial e cogeração PPT, além dos serviços de distribuição (TUSD). Em contrapartida, o segmento veicular avançou bastante, crescendo 16,8% no ano. A soma dos esforços permitiu que a Companhia atigisse bons resultados, que resultaram no Lucro Líquido de **R\$ 72,7 milhões** e EBITDA de **R\$ 97,7 milhões** no ano.

CARTEIRA DE CLIENTES	2019	2020	2021
Industrial	162	168	175
Comercial	1.217	1.350	1.540
Veicular	89	94	103
Residencial	56.167	60.839	67.365
Cogeração PPT	2	2	2
Geração Ponta / Cogeração	27	34	37
Geração Elétrica	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>57.665</b>	<b>62.488</b>	<b>69.223</b>



### BALANÇO PATRIMONIAL 2021 - Em Milhares de Reais

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2021	31/12/2020		NOTA EXPLICATIVA	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>220.423</b>	<b>173.392</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>236.755</b>	<b>177.908</b>
Caixa e equivalentes de caixa	04	73.298	73.717	Fornecedores	10	107.833	69.885
Contas a receber de clientes e outras	05	90.291	64.027	Empréstimos e Financiamentos	12	-	22.958
Estoques	06	7.274	6.641	Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar	13	4.598	3.889
Impostos a Recuperar	18a	48.458	5.982	Impostos a pagar	18b	4.075	3.980
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	24	-	21.566	Imposto de renda e contribuição social a pagar	18c	10.572	12.332
Despesas Antecipadas	07	444	461	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	104.048	57.657
Outros Ativos	08	658	992	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	24	593	1.612
				Direito de Uso de Arrendamentos - CPC 06	27	1.954	2.281
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>297.442</b>	<b>204.066</b>	Outros passivos	11	3.082	3.313
Realizável a longo prazo		<b>99.880</b>	<b>21.059</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>121.173</b>	<b>9.408</b>
Contas a receber de clientes e outras	05	538	803	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	1.306	4.370
Impostos Diferidos Ativos	18c	6.724	-	Provisões para consumidores	18d	117.881	-
Impostos a Recuperar	18a	91.165	12.434	Direito de Uso de Arrendamentos - CPC 06	27	1.986	3.785
Depósitos Judiciais		1.399	1.397	Tributos e contribuições diferidos	18c	-	1.253
Garantia BNDES	13	-	6.371				
Outros Ativos		54	54	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>159.937</b>	<b>190.142</b>
Investimentos	2	2	2	Capital Social		<b>81.187</b>	<b>81.187</b>
Investimentos		2	2	Capital Subscrito e Integralizado	15	81.187	81.187
<b>Intangível</b>		<b>197.560</b>	<b>183.005</b>	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>23.170</b>	<b>53.032</b>
Imobilizado da Concessão - Direito de Uso - CPC 06	27	9.819	9.820	Reserva Legal	15	16.237	16.237
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		463.652	426.813	Reserva Estatutária	15	-	29.862
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		4.373	4.359	Reserva de Lucros a Realizar	15	6.933	6.933
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		21.773	16.932	<b>Dividendos à disposição da assembleia</b>		<b>55.580</b>	<b>55.923</b>
Imobilizado da Concessão - Pesquisa e Desenvolvimento		222	222	Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2019)	16	1.088	1.088
Imobilizado da Concessão em Andamento		25.401	20.280	Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2020)	16	-	54.836
(-) Amortização Acumulada		(327.680)	(295.421)	Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2021)	16	54.492	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>517.865</b>	<b>377.458</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>517.865</b>	<b>377.458</b>
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 - Em Milhares de Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita Líquida - Venda de Gás e Serviços</b>	<b>17</b>	<b>1.094.871</b>	<b>827.411</b>
Receita de Construção - CPC 47	26	46.090	41.535
<b>Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados</b>	<b>21</b>	<b>(915.951)</b>	<b>(652.595)</b>
Custos de Construção - CPC 47	26	(46.090)	(41.535)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>178.920</b>	<b>174.815</b>
<b>Despesas e Receitas Operacionais</b>	<b>(112.833)</b>	<b>(67.892)</b>	
Despesas Comerciais	21	(19.085)	(24.258)
Despesas Gerais Administrativas	21	(63.064)	(54.161)
Outras Despesas e Receitas Operacionais	21	(30.684)	10.527
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>66.087</b>	<b>106.923</b>
Receitas Financeiras	22	46.651	12.429
Despesas Financeiras	22	(995)	(2.471)
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>111.743</b>	<b>116.881</b>
IRPJ/CSLL	18d	(47.064)	(42.642)
IRPJ/CSLL Diferidos	18c	7.978	5.204
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>72.657</b>	<b>79.442</b>
Lucro por ação de Capital Social (em reais)		3,37	3,68
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 e 31/12/2020 Em Milhares de Reais

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	72.657	79.442
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>72.657</b>	<b>79.442</b>
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 2021 - Em Milhares de Reais

	31/12/2021	31/12/2020
<b>1 - Receitas</b>	<b>1.441.056</b>	<b>1.102.618</b>
1.1. Vendas de produtos e serviços	1.441.056	1.102.618
1.2. Devoluções e descontos de venda	(12.376)	(9.443)
1.3. Outras receitas operacionais	(26.569)	10.742
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.672)	(15.510)
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>1.158.452</b>	<b>825.281</b>
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	1.158.452	825.281
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	43.687	29.180
<b>3 - Retenções</b>	<b>32.259</b>	<b>30.081</b>
3.1. Amortizações	32.259	30.081
<b>4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>164.052</b>	<b>203.867</b>
<b>5 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>46.651</b>	<b>12.429</b>
5.1. Receitas financeiras	46.651	12.429
<b>6 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>210.702</b>	<b>216.296</b>
<b>7 - Distribuição do valor adicionado</b>	<b>210.702</b>	<b>216.296</b>
7.1. Pessoal	23.232	21.567
Remuneração direta	8.258	7.717
Benefícios	1.488	1.346
FGTS		
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	58.941	64.411
Estaduais	42.280	36.673
Municipais	117	106
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	704	2.149
Aluguéis	3.045	2.885
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Lucros distribuídos do exercício	18.164	19.861
Lucros retidos do exercício	54.493	59.581
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		

Continua

### COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.000.033.104



#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021 - Em Milhares de Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		81.187	16.237	29.862	6.933	57.511	191.730	
Dividendos adicionais aprovados						(56.423)	(56.423)	
Lucro Líquido do exercício						79.442	79.442	
<b>Destinações do Lucro Líquido do exercício:</b>								
Dividendos Obrigatórios						(19.861)	(19.861)	
Dividendo Adicional sujeito a aprovação						(54.836)	(54.836)	
Juros sobre o Capital Próprio						(4.746)	(4.746)	
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		81.187	16.237	29.862	6.933	55.923	190.142	
Dividendos adicionais aprovados						(54.836)	(54.836)	
Reserva Estatutária	15			(29.862)			(29.862)	
Lucro Líquido do exercício						72.657	72.657	
<b>Destinações do Lucro Líquido do exercício:</b>								
Dividendos Obrigatórios	16					(18.164)	(18.164)	
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	16					(54.492)	(54.492)	
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		81.187	16.237	-	6.933	55.580	159.937	

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### 1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei nº 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 10/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cooperação, veicular, comercial, residencial e termoeletrício.

##### 1.1) A Continuidade Operacional da Companhia

A Companhia apresentou em 31/12/2021 o capital circulante líquido negativo de R\$ 16,3 milhões (R\$ 4,5 milhões negativos em 2020), principalmente em decorrência de dividendos e impostos. Durante o exercício de 2021, a Companhia pagou em dia as parcelas do empréstimo junto ao BNDES, o qual foi quitado a dez/21, conforme é possível verificar na nota explicativa 13, a qual também demonstra que o total obtido de financiamento em anos anteriores foi de R\$ 138,2 milhões. O pagamento de dividendos em 2021 foi no montante de R\$ 56,4 milhões.

Com base nas informações citadas acima, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se, principalmente, de fornecedores, folha de pagamento e dividendos aos acionistas (ver notas explicativas 10, 14 e 16). A geração de fluxo de caixa futuro decorrente das receitas será suficiente para quitar tais obrigações, bem como a manutenção atual da gestão dos ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não possui conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, esta demonstração contábil foi preparada com base no pressuposto da continuidade.

##### 1.2) Os impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

A Companhia foi impactada pela pandemia decorrente da COVID-19, mesmo que a distribuição de gás natural não tenha sofrido interrupções. Os segmentos comercial e veicular tiveram o consumo reduzido, ao passo que os demais segmentos mantiveram o padrão de consumo, sobretudo o segmento industrial que representa 62,86% dos volumes de venda.

##### 1.3) Representação das demonstrações financeiras

Inicialmente, constou que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário em 01/04/2022. Porém, após revisão do estatuto da Companhia, ficou evidenciado que o colegiado que possui competência para aprovação das referidas demonstrações é o Conselho de Administração, nos termos do art. 13, V. Após reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, realizadas, respectivamente, em 07/04/2022 e 08/04/2022, houve solicitações de alterações nos textos das notas explicativas 1.1, 1.2, 2, 11, 18d, 18e e 25, as quais foram efetuadas nestas demonstrações financeiras. Desta forma, para cumprir com o rito necessário de aprovações das Demonstrações Financeiras e incluir as alterações requisitadas pelos órgãos de governança as Demonstrações Financeiras previamente apresentadas em 01 de abril de 2022, estão sendo reapresentadas.

##### 2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais foi aprovada pelo Conselho de Administração em 07 de abril de 2022.

##### a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

##### b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 05 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 09 - Intangíveis
- Nota 19 - Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

##### 3) Resumo das principais políticas contábeis

###### a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

###### • Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

###### • Recitas e custos de construção

A orientação OCP 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratos de terceiros, nas quais são avaliados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás. Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

###### b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

###### c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

###### d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

###### e. Redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

###### f. Instrumentos Financeiros

###### Ativos Financeiros

###### Classificação e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Em Milhares de Reais

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>72.657</b>	<b>79.442</b>
Lucro líquido do período		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.672	15.510
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(3.064)	3.962
Provisão de juros sobre arrendamentos	465	729
Imposto de renda e contribuição social	39.086	37.438
Amortização	32.259	30.081
Baixa de intangível	-	204
Baixa AV - QPNR	6.239	-
	<b>151.314</b>	<b>166.996</b>
<b>Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento</b>	<b>(26.606)</b>	<b>(17.879)</b>
(Aumento) de contas a receber de clientes e outras	(633)	(323)
(Aumento) de estoques	(129.724)	13.265
(Aumento) redução de outros ativos	37.947	(38.947)
Aumento (redução) de fornecedores	125.031	(2.720)
Aumento de outros passivos	21.566	21.061
Redução de créditos nas operações de venda de Gás	<b>27.581</b>	<b>(25.543)</b>
<b>Outros caixas gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(50.817)</b>	<b>(30.167)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(704)	(2.149)
Juros pagos	1.040	564
Juros recebidos	<b>(50.481)</b>	<b>(31.752)</b>
	<b>128.414</b>	<b>109.701</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(46.814)</b>	<b>(42.082)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(46.814)</b>	<b>(42.082)</b>
Aquisição de intangível	(46.814)	(42.082)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(46.814)</b>	<b>(42.082)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(56.471)</b>	<b>(37.797)</b>
Dividendos pagos	-	(4.746)
Juros sobre o Capital Próprio	(2.590)	(2.954)
Pagamento de arrendamento financeiro	(82.019)	(22.981)
Amortizações do principal	(2.958)	(22.981)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(82.019)</b>	<b>(68.478)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(419)</b>	<b>(659)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	73.717	74.576
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<b>73.298</b>	<b>73.917</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes

categorias: (1) ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo:

• **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado**

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

• **Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos diretamente no resultado.

###### Caixa e equivalentes de caixa

Abraçam os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emite, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

###### Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

###### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor futuro, incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência, ou ainda, nos termos do CPC 40, caso sejam perdas esperadas. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

###### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

###### Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

###### g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2021 e 2020.

###### h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

###### i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A Companhia registra Estoque de Gás Natural conforme nota 6, onde é o produto da capacidade volumétrica do gasoduto pelo preço unitário de fornecimento do gás natural.

###### j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 14.

###### l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

###### m. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 18.

Continua

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.000.033.104



### n. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores diretos ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adjuicado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

### o. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos constantes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### p. Novas normas, alterações e interpretações das normas

A partir de 1º de janeiro de 2021, estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos:

I) CPC 50 – Contratos de Seguros – Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis.

II) Alterações ao CPC 36 (R3): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture). Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou joint venture, o efeito da transação somente será reconhecido no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado. Essa norma não tem prazo determinado de adoção.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

### q. Novas normas que ainda não entraram em vigor

I) Alteração da norma CPC 26 (R1) – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

II) Melhorias Anuais ao Ciclo de CPCs 2018-2020 - Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Refere-se a alterações ao CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e CPC 29 - Agricultura.

III) Alterações ao CPC 23 - Definição de estimativas contábeis.

IV) Alterações ao CPC 32 - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (single transaction).

V) Alterações ao CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura Conceitual.

VI) Alterações ao CPC 27 - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.

VII) Alterações ao CPC 25 - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.

A Administração está avaliando os impactos das normas acima nas demonstrações financeiras da Companhia, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

### 4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	3.582	2.323
Banco Conta Movimento	2.427	246
Aplicações Financeiras	67.289	71.148
<b>TOTAL</b>	<b>73.298</b>	<b>73.717</b>

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 4,42%, sendo que em 2020 foi de 2,75%.

### 5) Contas a Receber de Clientes e PECLD

#### a) Contas e Receber de Clientes

	31/12/2021	31/12/2020
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	16.897	4.943
BRASKEM S.A.	12.680	13.199
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	12.495	12.495
Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e Saúde Pública	6.547	6.800
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	3.666	2.187
AMBAR Uruguiana Energia S.A.	3.605	58
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	3.283	1.854
GERDAU Aços Longos S.A.	3.174	1.705
VERALLIA Brasil S.A.	2.032	1.248
GERDAU S.A.	1.569	1.569
Outros	45.593	37.547
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.250)	(19.578)
<b>TOTAL</b>	<b>90.291</b>	<b>64.027</b>

#### Confissão de Dívida

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamentos de Clientes	538	803
<b>TOTAL</b>	<b>538</b>	<b>803</b>

#### TOTAL do Contas a Receber

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Detalhe - Clientes</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Vencidas até 30 dias	10.416	1.127
De 31 a 60 dias	359	3.510
De 61 a 90 dias	170	3.296
Mais de 90 dias	24.216	21.609
<b>Clientes Vencidos</b>	<b>35.161</b>	<b>29.542</b>
A Vencer até 30 dias	70.666	49.977
De 31 a 60 dias	6.995	3.325
De 61 a 90 dias	58	68
Mais de 90 dias	1.196	1.496
<b>Clientes a Vencer</b>	<b>78.917</b>	<b>54.866</b>
<b>Total de Clientes Vencidos e a Vencer</b>	<b>114.078</b>	<b>84.408</b>

#### b) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosos – PECLD

PECLD em 31/12/2020	19.578
Incremento no ano	8.493
Reversões no ano	(4.821)
PECLD em 31/12/2021	<b>23.250</b>

São computados na formação da PECLD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 23,2 milhões é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos. Ainda, segundo o CPC 48, não há indicativos de alterações decorrentes de futuras perdas esperadas. Do total da PECLD apresentado, os clientes Petrobras e GAMP representam 53,74% e 26,53%, respectivamente, em 31/12/2021.

### 6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2021	31/12/2020
Estoque de Gás	880	639
Materiais de Manutenção	3.974	4.316
Materiais de Conversão	2.359	2.010
Outros Materiais	61	88
<b>TOTAL</b>	<b>7.274</b>	<b>6.641</b>

### 7) Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros a apropriar	281	265
Assinaturas e anuidades	34	74
IPTU a apropriar	129	114
Demais apropriações	-	14
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>467</b>

### 8) Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de férias	204	176
Vales refeição e transporte a apropriar	302	285
Outros adiantamentos de pessoal	(0)	5
Devoluções simbólicas de compra	28	28
Adiantamento a fornecedores	14	389
Demais ativos	110	109
<b>TOTAL</b>	<b>658</b>	<b>992</b>

### 9) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem está disponível para uso.

Com base no anexo I, cláusula 8.3, do contrato de concessão, a amortização é calculada de forma linear no prazo de 10 anos para a rede de distribuição e demais ativos da concessionária.

	Taxa Anual de Amortização	31/12/2021	31/12/2020
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.659	2.659
Gasoduto Gás Natural	10%	443.288	408.104
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.754	2.360
Materiais e Medidores Realocados	10%	601	635
Ferramentas	10%	155	155
Equipamentos de Segurança	10%	631	583
Estoque de Cilindros GNV	10%	17	17
Cilindros GNV	10%	401	401
Sistema Supervisório - Externo	10%	13.123	11.686
Sistema Supervisório - Interno	10%	332	332
Móveis e Utensílios	10%	1.376	1.376
Instalações	10%	1.812	1.812
Equipamentos de Escritórios	10%	458	458
Equipamentos Telefônicos	10%	639	625
Equipamentos Transmissores	10%	23	23
Equip. Processamento de Dados	10%	4.923	4.613
Software	10%	15.580	11.773
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	222	222
Direito de Uso - Arrendamentos	10%	9.820	9.820
Licença de Software	10%	1.270	546
Outros	10%	65	65
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	13.681	14.106
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	11.410	6.055
<b>Total</b>		<b>525.240</b>	<b>478.426</b>
(*) Amortização Acumulada		(327.680)	(295.421)
<b>Total Geral</b>		<b>197.560</b>	<b>183.005</b>

	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2020
<b>Aquisições/Baixas/Transferências</b>					
Equipamentos e Instalações Operacionais	397.199	10.050	(1.084)	20.104	426.269
Equipamentos e Instalações de Escritório	4.396	4	(41)	-	4.359
Equipamentos para Processamento de Dados	13.142	3.106	-	138	16.386
Imobilizado da Concessão em Andamento	12.932	28.376	(20)	(20.242)	21.046
Direito de Uso - Arrendamentos	9.820	-	-	-	9.820
Licença de Software	9.820	546	-	-	546
<b>Total Geral</b>	<b>437.489</b>	<b>42.082</b>	<b>(1.145)</b>		<b>478.426</b>

	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Transferências	31/12/2021
<b>Aquisições/Baixas/Transferências</b>					
Equipamentos e Instalações Operacionais	426.269	15.440	-	21.607	463.316
Equipamentos e Instalações de Escritório	4.359	14	-	-	4.373
Equipamentos para Processamento de Dados	16.386	4.117	-	-	20.503
Imobilizado da Concessão em Andamento	21.046	28.519	-	(21.607)	25.958
Direito de Uso - Arrendamentos	9.820	-	-	-	9.820
Licença de Software	546	724	-	-	1.270
<b>Total Geral</b>	<b>478.426</b>	<b>46.814</b>			<b>525.240</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Amortizações</b>		
Equipamentos e Instalações Operacionais	306.745	276.162
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.733	3.560
Equipamentos para Processamento de Dados	10.509	8.945
Direito de Uso - Arrendamentos	6.034	3.754
Licença de Software	659	-
<b>Total Geral</b>	<b>327.680</b>	<b>295.421</b>

### 10) Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Gás Natural	101.262	60.096
Fornecedores de Fretes de Gás Natural	1.137	923
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	2.259	5.743
Fornecedores de Outros Materiais	1.085	294
Fornecedores de Serviços	2.090	2.829
<b>TOTAL</b>	<b>107.833</b>	<b>69.885</b>

#### Detalhe - Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
A Vencer até 30 dias	106.041	63.853
De 31 a 60 dias	1.841	6.032
De 61 a 90 dias	151	-
Mais de 90 dias	-	-
<b>Fornecedores a Vencer</b>	<b>107.833</b>	<b>69.885</b>

### 11) Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
PLR a pagar	1.474	1.864
Outras despesas de pessoal a pagar	90	67
Adiantamento de clientes	209	352
Credores diversos	977	704
Demais passivos	332	328
<b>TOTAL</b>	<b>3.082</b>	<b>3.313</b>

### 12) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e T.JLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015, no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. A cláusula contratual prevendo os índices (covenants) a serem observados pela Companhia é a de número 18.6 do Contrato de Subscrição de Debêntures Simples, sendo eles: a) dívida líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 3,5; e b) Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total), devendo ser menor ou igual a 0,75. Os covenants foram cumpridos até liquidação do contrato em dez/21.

#### Curto Prazo

	31/12/2021	31/12/2020
BNDES I - T.JLP	-	11.571
BNDES II - SELIC	-	11.228
BNDES III - T.JLP Projetos Sociais	-	159
<b>TOTAL</b>		<b>22.958</b>

### 13) Garantia BNDES

Foi aberta conta reserva no Bannrisul, em novembro de 2015, no valor de R\$ 3,5 milhões, para cumprimento de cláusula do contrato assinado junto ao BNDES em abril daquele ano. A partir de julho de 2017 (início da amortização do empréstimo), o valor a ser mantido na conta reserva passou a ser equivalente a 3 (três) vezes o valor da última amortização mensal e dos juros e outros encargos. Como o financiamento foi integralmente pago em dezembro/21, a garantia ficou disponível para a Companhia em janeiro de 2022.

Continua

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.000.033.104



O saldo da conta garantia em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Financeiras	6.652	6.371

### 14) Benefícios a empregados

#### Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado, seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

#### Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrosbras de Seguridade Social - Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev);

I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

Os investimentos da Companhia na previdência privada de seus colaboradores foram o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Previdência Privada	1.500	1.389
	1.500	1.389

### Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3 milhões, relativo ao exercício findo em 2021, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1,53 milhões em dezembro de 2021, assim restando R\$ 1,47 milhões a serem pagos em 2022.

### 15) Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81,2 milhões, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781
	21.562.644	100%	81.187

#### b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017, a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16,24 milhões.

#### c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula nº 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgas e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária de R\$ 29,86 milhões foi transferido para o passivo como dividendos a pagar em dezembro/21, pois o contrato com o BNDES foi liquidado.

#### d) Reserva de Lucros a Realizar

Conforme decisão proferida pela AGOE realizada no dia 30/04/2019 e registrada pela ata nº 117 foi constituída Reserva de Lucros a Realizar referente ao Ajuste a Valor Justo sobre as operações de Ship or Pay entre a Companhia (cliente) e a PETROBRAS (fornecedor de gás natural para revenda), no valor de R\$ 6,9 milhões, o qual se realizou em 2021 e sua destinação será deliberada pela AGOE.

#### e) Lucro por Ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Lucro Líquido	72.657	79.442
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico (sem instrumentos diluidores)	3,37	3,68

### 16) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

#### a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2021	31/12/2020
VALORES (R\$)	VALORES (R\$)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	72.657	79.442
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-	(4.746)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	72.657	74.696

#### Passivo circulante

	31/12/2021	31/12/2020
DIVIDENDOS REF. RESERVA ESTATUTÁRIA	29.862	-
DIVIDENDOS REF. EXERCÍCIO 2019	-	37.797
DIVIDENDOS REF. EXERCÍCIO 2020	56.022	-
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATORIO (25%)	18.164	19.861
Total no passivo circulante	104.048	57.657

#### Patrimônio líquido

	31/12/2021	31/12/2020
DIVIDENDOS À DISPOSIÇÃO REF. EXERCÍCIO 2019	1.088	1.088
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	54.492	54.836
Total no patrimônio líquido	55.580	55.923

### 17) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	1.394.976	1.061.082
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	45.678	35.503
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	59.637	39.546
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	899.195	696.551
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	110.963	102.272
RECEITA DE GÁS VEICULAR	273.349	167.349
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.824	1.199
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	4.512	18.861
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	(300.105)	(233.672)
DEVOLUÇÕES SIMBÓLICAS (FISCAIS)	(52)	(145)
DESCONTOS INCONDICIONAIS	(12.324)	(9.297)
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	(20.370)	(16.755)
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	(93.827)	(77.174)
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	(173.397)	(129.741)
ISS SOBRE SERVIÇO	(135)	(560)
RECEITA LÍQUIDA	1.094.871	827.411

### 18) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a Companhia registra Impostos e Contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

### a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
ICMS a Compensar	1.399	2.998
Imposto de Renda e Contribuição Social (Retenções)	363	357
Imposto de Renda e Contribuição Social (Saldo Negativo)	134	562
PIS/COFINS a Compensar	2.462	2.065
PIS/COFINS - exclusão ICMS da BC	44.100	-
TOTAL	48.458	5.982

### Ativo Não Circulante

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a compensar	1.749	1.103
PIS/COFINS a compensar	13.644	11.330
PIS/COFINS - exclusão ICMS da BC	73.781	-
IRPJ/CSLL a compensar	1.991	-
TOTAL	91.165	12.434

### b) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		
ICMS	532	348
COFINS	1.474	1.606
PIS	250	340
IRPJ e CSLL	10.572	12.332
Outras obrigações	1.819	1.687
TOTAL	14.647	16.312

### c) Impostos e Contribuições Diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL Diferido sobre:		
Provisão devedores duvidosos (Ativo Circulante)	23.250	19.578
PDD - Fiscal (Ativo Circulante)	(22.121)	(4.777)
Provisões civis e trabalhistas (Passivo Não Circulante)	1.306	4.370
Provisão consumidores - valor principal (Passivo Não Circulante)	86.102	-
Outros valores (exclusão selic e receita - cosit 183/21)	(46.884)	-
Depreciação acelerada (Passivo Não Circulante)	(21.878)	(22.857)
Base de Cálculo	19.776	(3.686)
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	6.724	(1.253)

### d) Provisão para consumidores

Foi constituída, em 31/12/2021, uma provisão de R\$ 117 milhões para provável devolução oriunda de créditos tributários aos consumidores. Tais créditos são relativos ao tema 69 do STF, no qual decidiu sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia entende que é provável a devolução dos indêbitos via tarifa e contabilizou a provisão com base na melhor estimativa, considerando as premissas que detinha no momento, conforme previsto pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, pois pode haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora, bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário.

### e) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos	111.743	116.880
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(37.993)	(39.739)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Juros sobre capital próprio	-	1.614
Participação dos administradores	(89)	(20)
Exclusões/(adições) permanentes líquidas	(1.005)	708
Imposto de renda e contribuição social correntes	(39.087)	(37.438)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47.064)	(42.642)
	9.778	5.204
	(39.086)	(37.438)
	34,98%	32,03%

### Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

#### 19) Provisões

##### a) Provisões para riscos civis e trabalhistas

A provisão para riscos civis e trabalhistas foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2021, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda). O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo. Os processos classificados como possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa. Os processos trabalhistas são predominantemente oriundos de empresas terceirizadas, onde a Companhia responde solidariamente. Dentre os processos em andamento, há a ação indenizatória ajuizada pela empresa Quaysolda, classificada como possível perda, no valor relevante de R\$ 6 milhões. Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Civis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	9.342	2.812	12.153
Processos com Provável Perda ou Remoto Ganho (Provisionados)	34	1.272	1.306
TOTAL	9.375	4.084	13.459

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final	Reversões	Adições	Saldo Final
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Provisões Trabalhistas	595	-	430	1.025
Provisões Civis	183	(221)	3.384	3.345
TOTAL	778	(221)	3.814	4.370
	Saldo Final	Reversões	Adições	Saldo Final
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Provisões Trabalhistas	1.025	(63)	311	1.272
Provisões Civis	3.345	(3.323)	11	34
TOTAL	4.370	(3.387)	322	1.306

### 20) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o grupo Petrosbras S/A:

	31/12/2021	31/12/2020
Composição dos Saldos		
Ativo Circulante		
Contas a Receber Petrosbras	12.495	12.495
QPNR	-	21.566
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrosbras	101.262	60.096
Composição dos Saldos		
Recolhas com partes relacionadas		
Petrosbras S/A	-	84.465
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	1.093.596	779.950

Continua

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.000.033.104



Em 2021 não houve receita registrada com a Petrobras S/A, pois a TUSD (Tarifa Única Sobre Distribuição) está judicializada, estando a Companhia no polo ativo da ação, classificada em 31/12/2021 como passível ganho.

### b) Remuneração e benefícios de curto prazo – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2021	31/12/2020
Administradores	644	267
Conselho de Administração	357	217
Conselho Fiscal	85	75
<b>Total</b>	<b>1.086</b>	<b>559</b>

### 21) Despesas por natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de Gás e demais insumos	(878.647)	(616.917)
Custos de Operação e Manutenção da Rede	(9.720)	(9.289)
Amortização Operacional	(27.583)	(26.389)
Amortização Administrativa	(4.876)	(3.692)
Despesas com Materiais e Serviços	(27.925)	(22.311)
Despesas com Pessoal	(37.738)	(35.053)
Despesas Tributárias	(2.940)	(1.682)
Perda no recebimento de créditos	(5.199)	(171)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.672)	(15.510)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(30.684)	10.527
<b>Total</b>	<b>(1.028.784)</b>	<b>(720.487)</b>

### Classificadas como:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos Produtos Vendidos	(915.951)	(652.595)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(82.150)	(57.364)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(30.684)	10.527
<b>Total</b>	<b>(1.028.784)</b>	<b>(720.487)</b>

### 22) Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações Financeiras	5.048	2.611
Descontos Obtidos	156	248
Juros Recebidos	1.040	564
Multa Contratual	256	143
Variação Monetárias Ativa	40.151	8.862
<b>Total</b>	<b>46.651</b>	<b>12.429</b>

A variação monetária ativa teve aumento expressivo em decorrência dos créditos tributários decorrentes do tomo 69 do STF (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no total de R\$ 31,8 milhões).

### Despesas Financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Descontos Concedidos	(49)	(37)
Juros Bancários	(141)	(140)
Juros Pagos	(41)	(25)
Juros sobre Empréstimos	(700)	(2.124)
Multa por Atraso de Pagamento	(44)	(8)
Variação Monetária Passiva	(56)	(90)
<b>Total</b>	<b>(995)</b>	<b>(2.471)</b>

### 23) Seguros

A Companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR	COBERTURA
STARR INTERNACIONAL	Responsabilidade Civil	até dezembro/2022	301	30.000
GENTE SEGURADORA	Patrimonial	até junho/2022	9	6.800

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

### 24) Créditos e Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

Nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e seus clientes estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural chamados de *Take or Pay* que é cláusula contratual que estabelece a regra de que o cliente está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Sulgás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada nos prazos previstos em contrato. Em 31/12/2020, havia registrado R\$ 21,6 milhões de créditos no ativo que foram totalmente recuperados em 2021. Já no passivo, até 31/12/2021, tem registrado o valor de R\$ 593 mil.

### 25) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito: Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos a Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando as possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra (vide nota 05) e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível. A administração analisa trimestralmente o relatório de clientes em inadimplência, levando em conta os títulos em aberto, a situação econômica e o histórico de cada cliente e, com isso, adota medidas de cobrança administrativa ou judicial e calcula perdas esperadas com base em critérios objetivos previstos em normativa.

### Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	73.298	73.717
Contas a receber de clientes e outras	90.829	64.830
<b>Total</b>	<b>164.127</b>	<b>138.547</b>

• Risco de concentração do contas a receber: A administração efetua análise dos títulos em aberto de contas a receber para mapear eventual concentração de saldos e consequente risco de crédito para clientes específicos. O critério estabelecido para caracterizar tal concentração corresponde a clientes cujo saldo em aberto é igual ou superior a 5% do total do grupo de contas a receber. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de concentração é de R\$ 50,6 milhões, decorrentes dos clientes CMPC - Celulose Riograndense LTDA. - 16,9 milhões, BRASKEM S/A - 12,7 milhões, PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A - 12,5 milhões e GAMP - Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e Saúde Pública - 8,5 milhões.

• Risco de mercado: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Também há riscos relacionados com as taxas de empréstimos TJLP e Selic, nas aplicações financeiras CDI, porém essas taxas não têm efeito significativo para a Companhia.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

• Risco de liquidez: Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

• Risco na taxa de juros: A Companhia adota políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme apontado na nota explicativa 4. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. O cenário provável considera a taxa de juros estimada pelo BACEN e por terceiro especializado, conforme quadro abaixo:

	Análise da sensibilidade das taxas de juros				Cenário
	Provável	25%	50%	-25%	
SELIC	11,15	13,94	16,73	8,36	5,58
CDI	11,15	13,94	16,73	8,36	5,58
TJLP	6,60	8,25	9,90	4,95	3,30
IPCA	4,61	5,76	6,92	3,46	2,31
IGPM	5,19	6,49	7,79	3,89	2,60

• Risco no preço das commodities: O risco de preço das commodities na empresa é decorrente principalmente das flutuações nos preços e da disponibilidade do barril de petróleo tipo BRENT. Este risco se delimita ao período entre o custo de aquisição da matéria prima e o repasse autorizado pela agência reguladora, sendo este previsto em contrato entre as partes, gerando assim um hedge natural ao processo de repasse do custo do gás ao consumidor final.

### 26) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceito o CPC 47, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05, a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção, cuja evidencição se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras.

A construção se apresenta para a Sulgás, integralmente, como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

Desla maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção, de acordo com os valores abaixo registrados:

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	46.090	41.535
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	46.090	41.535
<b>MARGEM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 27) Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 R2

A Companhia arrenda imóveis que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro.

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente. Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Ativos de direitos uso	9.819	9.820
Amortização de direitos de uso	(6.034)	(3.754)
<b>Passivo</b>		
Arrendamento Mercantil	3.940	6.065

Os valores reconhecidos no resultado são:

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de amortização de ativos de direitos de uso	2.279	2.226
Despesas com juros de passivos de arrendamento	465	729
<b>Total</b>	<b>2.744</b>	<b>2.955</b>

O saldo passivo dos arrendamentos por ano é seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro de 2019	8.254	-
(+/-) Ajuste por remensuração	36	-
(+) Juros do período	729	-
(-) Contraprestação paga	(2.954)	-
<b>em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.065</b>	-
Em 1º de janeiro de 2020	6.065	-
(+/-) Ajuste por remensuração	-	-
(+) Juros do período	465	-
(-) Contraprestação paga	(2.590)	-
<b>em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.940</b>	-

Os valores a pagar de arrendamento são:

	31/12/2021	31/12/2020
Em até 1 ano	2.245	2.778
De 2 a 3 anos	1.837	2.056
De 3 a 4 anos	287	2.124
<b>Total</b>	<b>4.369</b>	<b>6.959</b>

Menos juros a apropriar:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Analisados como:</b>		
Passivo Circulante	291	497
Passivo Não Circulante	138	396
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>894</b>

Total a pagar (arrendamento menos juros):

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Total</b>	<b>3.940</b>	<b>6.065</b>

O saldo passivo dos arrendamentos por ano é seguinte:

	2022	2023	2021	Total
Aluguéis	1.954	1.699	287	3.940

### 28) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 01 de abril de 2022, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetas as Demonstrações Contábeis em 31/12/2021. Entretanto, cabe informar que a Companhia passou por processo de privatização e, em 03/01/2022, 51% das ações, antes pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul, foram alienadas para a empresa Compass Gás e Energia S/A. Em decorrência da nova composição acionária, houve mudança na Diretoria de Administração e Finanças e na Diretoria Técnico-Comercial, sendo nomeados os atuais Diretores.

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Carlos Ivan Camargo de Colón Diretor-Presidente	Nelson Roseira Gomes Neto Presidente	João Ricardo Ducatti Presidente
Marcelo Xavier Leite Diretor de Administração e Finanças	Anderson Gil Ramos Bastos Vice-Presidente	Felício Mascarenhas de Andrade Rogério Afonso Ribeiro Conselheiros
Charles de Souza Netto Diretor Técnico e Comercial	Renato Aparecido Fontalva José Carlos Broisier Oliver Carlos Ivan Camargo de Colón	
Alex Dornelles da Silva Contador CRCRS n.º 64077	José Roberto Volpi Otto Fonseca Cardoso Conselheiros	

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

AV. LOUREIRO DA SILVA, 1940 - 13º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS  
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04  
NIRE: 43.000.033.104



### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da  
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**  
Em 01 de abril de 2022, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas, conforme descrito na nota explicativa nº1.3. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido na data supracitada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**  
**Demonstração do valor adicionado**  
A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação complementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão 2021.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão 2021, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão 2021 e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão 2021, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e Administração pelas demonstrações contábeis**  
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 08 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS situada na Av. Loureiro da Silva, nº 1940, 13º andar, Bairro Cidade Baixa, Edifício Duo Concept Office Porto Alegre - RS, CEP 90.050-240, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, por meio de videoconferência, para apreciar a pauta que trata do Resumo Executivo nº 51/2022, aprovado na 1028ª Reunião de Diretoria Executiva, realizada em 01 de abril de 2022 e na 285ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de abril de 2022, para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Examinados todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças da Companhia e do Parecer elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

#### PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS procederam ao exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia

Geral Ordinária da Companhia.  
2. Adicionalmente o Conselho Fiscal opina favoravelmente à proposta encaminhada pelo Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, através da Ata da 285ª, realizada em 07 de abril de 2022, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício conforme segue:

2.1 Não houve Constituição da Reserva Legal da Companhia, pois o limite de constituição de 20% do capital social foi atingido no exercício de 2017, e não foram necessárias a criação de quaisquer outras reservas para o exercício 2021, como é disposto na nota explicativa 15 do anexo I - Demonstrações Contábeis do exercício social de 2021; 2.2. Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 72.856.639,73 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos), com o pagamento de 25% (vinte e cinco por cento), no valor de R\$ 18.164.159,93 (dezoito milhões, cento e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos) até dezembro de 2022, e o restante, correspondente aos 75% (setenta e cinco por cento), no valor de R\$ 54.492.479,80 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), a serem pagos a depender da disponibilidade financeira da Companhia. Porto Alegre, 08 de abril de 2022.

Felício Mascarenhas de Andrade  
Membro do Conselho

João Ricardo Duatti  
Presidente do Conselho

Rogério Afonso Ribeiro  
Membro do Conselho

Se tem  
**sulgas**  
tem mais  
energia.

[sulgas.com.vc](http://sulgas.com.vc)



## PROTOCOLO DAS ASSINATURAS DO DOCUMENTO

Este documento acima, foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN, pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica assegurada com base na Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que Instituiu a ICP-Brasil. O documento foi assinado com datas e horas certas, utilizando o Fuso horário de Brasília UTC-03:00, sincronizados ao protocolo NTP.br.

Caso o documento tenha sido assinado com certificado digital, você pode validar a assinatura digital dos signatários, através do arquivo p7s gerado juntamente com o documento, utilizando para essa validação o Verificador de Conformidade do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação no seguinte link: <https://verificador.iti.gov.br/>

---

**Para verificar as assinaturas do documento acesse o validador no link abaixo e utilize para isso a "Chave do documento".**

**Link do Validador:** <https://correiodopovo.rrsign.com.br/validador>

**Chave do Documento:** fbf6f4a72049cd4e45a5ca743d3f1d5a

---

### Relação dos Signatários:

Nome: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA

CNPJ: 92757798000139

Posição: Signatário

Tipo de Assinatura: Assinatura Digital

Data/Hora Assinatura: 26/04/2022 08:12:28

Certificado Emitido Por: AC Certisign RFB G5

Nº do Certificado: 370430124763F3F0ACEA68FE61910131

Validade do Certificado: 21/06/2022 08:55:01